

Sarney acerta mandato de 5 anos com a Aliança

Em encontro com Ulysses e Aureliano, o Presidente rejeita "casuismo" e cobra definição

GIVALDO BARBOSA



Ulysses, que sempre defendeu cinco anos para Sarney, agora tenta convencer a bancada

Couto diz que diretas é com a Constituinte

"Quando se fala hoje em diretas já, o que está em jogo é só o já, pois com relação às diretas, o próprio presidente José Sarney tomou a iniciativa de propor ao Congresso a efetivar essa mudança. Logo, as diretas já estão asseguradas, a questão agora é só o calendário". A afirmação do novo ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, em entrevista na manhã de ontem ao programa "Bom Dia, Brasil", da Rede Globo de Televisão.

O ministro lembrou ainda que "também foi o presidente Sarney quem convocou a Assembleia Nacional Constituinte, a quem está entregue a definição do mandato, não só do atual Presidente, mas, também, dos futuros presidentes brasileiros". Para Costa Couto, "na vida pública, como na natureza, há hora de plantar, hora de cultivar e hora de colher". E completou: "Com relação ao Governo Sarney, a hora é sobretudo do fazejamento, é hora em que o Governo tem que consolidar um conjunto muito vasto de iniciativas que tomou nos primeiros anos, pois o Governo Sarney plantou muita coisa, agora é hora de cultivar e depois continuar a colheita".

Covas insiste em 4 anos para Sarney

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, defendeu ontem um mandato de quatro anos para o presidente Sarney alegando que ele cumpre um papel de condutor da transição democrática, enquanto os demais presidentes eleitos por voto direto teriam, na sua opinião, um mandato de cinco anos. Embora parlamentarista, o senador prefere não entrar nesse debate agora porque teme que esta solução seja usada para debelar crises internas no relacionamento PMDB e Governo.

Mário Covas começou ontem uma série de reuniões com integrantes das bancadas do PMDB nos Estados, quando lançou a idéia de acertar formas de atuação na Constituinte que correspondam ao pensamento majoritário do partido. E pediu aos deputados e senadores que não deixem sem resposta as críticas feitas ao PMDB e ao Governo.

SIMON

Para o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, está havendo uma distorção no enfoque sobre a tendência verificada no PMDB e em outras legendas, de tentar reviver uma nova campanha sob a motivação das "diretas já".

"As eleições diretas já existem, o que se deve discutir é a oportunidade da realização dessas eleições, ou seja, qual a data em que elas devem acontecer". Esta declaração do governador gaúcho foi feita ontem à tarde, na Câmara dos Deputados.

O presidente José Sarney comunicou ontem ao presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e ao ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, que concorda com a fixação de seu mandato em cinco anos, mesmo período que deverá ser definido na Constituição para mandatos dos futuros presidentes. Em almoço realizado no Palácio da Alvorada, quando cobrou dos dirigentes da Aliança Democrática uma decisão sobre a questão do mandato, Sarney, segundo uma fonte credenciada do Palácio do Planalto, exigiu uma "definição política" e não uma "definição legislativa".

O presidente Sarney descartou a possibilidade de aceitar "qualquer casuismo" em relação ao seu mandato e dos próximos presidentes. Se a duração para o futuro será fixada em cinco anos, reduzir o seu mandato para quatro representaria casuismo e não definição política, como ele sugeriu, explicou a fonte. A exigência de Sarney à Aliança Democrática foi feita por entender que "o País não pode mais viver este clima de instabilidade".

Ao ser informado de que Sarney acertou a duração em cinco anos, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não escondeu sua perplexidade, achando que a conversa com Ulysses e Aureliano não passou de sondagem. Mas um político com influência no Governo confirmou que a definição dos cinco

anos foi resultado de um acordo político que será encaminhado às bancadas do PMDB e do PFL. Esse mesmo político garantiu também que a insistência do Governo nos seis anos sempre foi uma maneira de "falar grosso", para que o PMDB não tentasse impor um mandato de apenas quatro anos para Sarney. Esse fato, chamado pelo político de "superviniente", será levado hoje à bancada do PMDB pelo deputado Ulysses Guimarães como forma de eliminar os debates em torno da proposta de eleições presidenciais em 15 de novembro de 1988.

PACIENCIA

Se num prazo curto não houver a definição cobrada pelo Presidente, de acordo com a fonte do Planalto, o próprio Sarney assumirá, pessoalmente, o comando do processo para definição do mandato presidencial. Por duas razões muito simples: porque sua paciência chegou ao limite máximo da tolerância e porque acha que esta indefinição é fator de instabilidade na política interna, na política econômica e traz graves reflexos na negociação da dívida externa.

Com a ofensiva desencadeada, ontem, cobrando uma definição da Aliança Democrática, Sarney demonstrou, claramente, aos principais líderes do PMDB e do PFL — segundo análise de um assessor político do Planalto — que não vai mais tolerar qualquer tentativa de

chantagem, que não vai mais aceitar o jogo que os políticos fazem para o público externo, usando o mandato contra o Presidente — mais precisamente os do PMDB — na intenção de obter mais vantagens do Governo.

Ainda com relação à questão do mandato presidencial, o assessor disse que é uma questão muito mais do interesse da Aliança Democrática — e aqui também mais do PMDB — que quer fazer o futuro presidente da República, do que do próprio Sarney, visto que já é o chefe da Nação. E daqui por diante terá que haver mais maturidade política, portanto, sem clima de instabilidade política artificialmente montado. Esses fatores estão impedindo que os trabalhos da Constituinte possam se desenvolver normalmente, ou que o presidente Sarney possa governar com tranqüilidade.

Ficou claro durante o almoço no Alvorada, e isto foi sutilmente colocado por Sarney, ainda de acordo com o assessor presidencial, que o futuro do PMDB está irremediavelmente comprometido com o Governo, na medida em que o partido foi, com Dilson Funaro, e é, com Bresser Pereira, principal responsável pela política econômica — causa maior do desgaste do Governo perante a opinião pública. O Governo, o PMDB, o PFL e a Nação, como um todo, só têm a lucrar com o fortalecimento da Aliança Democrática, que é quem garantirá a transição pacífica para a democracia.



Magalhães: seis anos

ACM prega obediência à Carta

O ministro Antônio Carlos Magalhães defendeu ontem, no Rio, em conversa com jornalistas, a manutenção de mandato de seis anos para o presidente Sarney, "como reza a Constituição". A afirmação foi feita no Palácio Guanabara, onde ACM testemunhou, ao lado do governador Moreira Franco, a assinatura de convênio entre a Telerj e a Cetel, permitindo a transferência de telefones da área de concessão de uma empresa para a outra.

Na noite de segunda, ao ser homenageado pela passagem do dia das comunicações na Assembleia Legislativa (no Palácio Tiradentes, onde funciona a Câmara Federal, quando o Rio era a capital da República), ACM renovou sua profissão de fé nacionalista, e disse com veemência: "Temos de dar um não à anarquia, porque ela só vai prejudicar nosso trabalho. Vamos lutar por uma Constituinte ao nível de nosso tempo, mas elaborada com a serenidade da carta de 1946, feita nesta casa. Vamos deixar de lado o egoísmo e pensar todos acima de qualquer sigla partidária, para servir ao povo brasileiro".

Semana que vem, debate no Senado

O senador José Fogaça (PMDB-RS) confirmou que amanhã a bancada do partido no Senado se reunirá para discutir o quadro político brasileiro e, em particular, a necessidade ou não da convocação da executiva do partido para decidir sobre a realização de uma convenção nacional que irá discutir a duração do mandato do presidente José Sarney. Se a convenção vier a ser convocada, ela, segundo o senador deverá se realizar em meados de junho.

DEFINIÇÃO

O senador é de opinião que o partido deve se definir politicamente sobre a questão da duração do mandato do Presidente.

Apesar de favorável à realização de eleições para presidente em 1988, o senador José Fogaça se manifestou contra a proposta apresentada pelo senador Affonso Camargo (PMDB/PR) de convocação de eleições em janeiro do próximo ano, com posse marcada para 21 de abril do mesmo ano. Ele acha que a realização de eleições em janeiro impediria que a Constituinte trabalhe com tranqüilidade. Fogaça defende eleições em novembro.

Newton torce por adiamento da reunião

Belo Horizonte — O governador de Minas, Newton Cardoso, recomendou ontem o adiamento da reunião da bancada do PMDB na Constituinte até que o partido "acalme os nervos" e possa discutir com bom-senso a questão das eleições diretas. Para o governador, que ontem pela manhã tinha informações do adiamento da reunião para a próxima semana, a manutenção do encontro dos constituintes peemedebistas hoje poderia, se não definir uma posição pelas diretas após a promulgação da Constituição, "dividir o partido em facções inconciliáveis".

BOM-SENSO

Cardoso considerou uma atitude de bom-senso a postura dos governadores do Nordeste que, em sua maioria, se manifestaram contrários a eleições diretas para a Presidência da República em 1988, remetendo o assunto para a Constituinte, a quem caberia fixar o mandato do presidente Sarney e a data para as diretas. O governador de Minas continua defendendo um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, posição que, segundo ele, comunga com as lideranças maiores do PMDB, inclusive o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

— Eleições "solteiras" (em 1989) serão muito boas para o País e para o PMDB, disse o governador sem, entretanto, explicar por que.

Acordo esvazia reunião do PMDB

Hoje, antes do início da reunião da bancada do PMDB na Câmara, programada para as 18h30, o presidente do partido, Ulysses Guimarães, terá um encontro reservado com os líderes Luiz Henrique, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Carlos Sant'Anna, quando tratará da questão do mandato presidencial em termos de cinco anos. E, depois, irão juntos para a reunião da bancada, cuja importância já era dada como menor no início da noite de ontem.

Para sanar as hostilidades, o líder da Câmara, Luiz Henrique, procurou ontem o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, com quem desenvolveu uma longa conversa na biblioteca da Câmara, acertando que a reunião da bancada não seria cenário para lavagem de roupa suja nem de troca de acusações entre os grupos peemedebistas. Também evitariam medir forças, pois não há interesse dos dois em aticar a divisão do partido.

Isso resultou das tentativas desenvolvidas por Carlos Sant'Anna, desde o final da semana passada, para adiar a reunião da bancada hoje, alegando que ela seria realizada num clima de muita emoção, o que não convém, quando sabia que o prato principal era o mandato presidencial. Derrotado nessa etapa, porque Luiz Henrique manteve a convocação, o líder governista reuniu baterias para investir no esvaziamento do encontro, no que contou com parte dos coordenadores de

bancada. Mas como não estava seguro desse resultado, procurou restabelecer a paz através de negociação com o líder do PMDB na Câmara.

Mesmo assim, deixou sobrestado com o deputado Expedito Machado o documento firmado por um grupo de cerca de 120 deputados que se contrapõem aos métodos de condução dos trabalhos e decisões dentro do PMDB. E o que chamam de "Centro-Democrático", uma falange peemedebista moderada que discorda da precipitação na discussão da duração do mandato presidencial. Se confirmados os cinco anos já na reunião de hoje, como estão avisados de que ocorrerá, o texto não terá divulgação. "É uma arma", definiu um dos integrantes do grupo.

Esses coordenadores também arremeteram os deputados de seus Estados para comparecer e dar quorum a reunião da bancada. Ficarão em plenário de modo a garantir eventuais surpresas, como o abandono do anúncio do acordo com o presidente Sarney pelos cinco anos, e a possibilidade de terem que votar a proposta do deputado Miro Teixeira, pedindo a convocação de uma convenção nacional do PMDB para decidir a realização das eleições em novembro de 1988. Tanto assim que Miro ontem, já se mostrava conformado, ao dizer que quer discutir o assunto mas aceita o resultado de uma votação.

Luiz Henrique não quis falar ontem sobre as perspectivas da

reunião da bancada. Manteve sucessivos contatos com deputados e, à noite, reuniu-se com os coordenadores, aos quais apelou para que ajudassem a mobilização pelo comparecimento em massa ao encontro, algo que também pediu ao deputado Carlos Sant'Anna. Enquanto isso, o deputado Ulysses Guimarães preferiu mandar perguntar ao presidente Sarney o que ficou acertado sobre mandato no Palácio da Alvorada, em que sentou também o PFL, representado pelo ministro Aureliano Chaves.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, passou a tarde reunido com as bancadas de constituintes, às quais apelou para que não deixem as críticas ao PMDB e ao Governo em plenário sem uma resposta à altura, e, por isso, não sabia das negociações promovidas pela cúpula do partido com relação à duração do mandato. Indagado sobre sua opinião, justificou que há normas transitórias e permanentes.

Dai dar cinco anos aos presidentes eleitos por voto direto e querer quatro anos para o presidente Sarney, que representa o período de transição democrática, na sua visão, concluiu com a realização do pleito em 88 para a escolha do sucessor.

Covas também acredita que a melhor saída para o PMDB nesse debate sobre duração de mandato seria ouvir, através de um mecanismo qualquer, todos os filiados do partido e, depois, convocar a convenção nacional.

Quércia investe contra diretas

Da Sucursal

São Paulo — A cruzada do governador Orestes Quércia contra a campanha pelas Diretas já, principalmente dentro do PMDB, começou esta semana em demorada conversa que manteve com o senador Mário Covas no último domingo. Quércia, entretanto, não saiu vitorioso nessa sua primeira investida. O consolo do governador paulista foi dizer ontem: "Mas ele foi sensível aos meus argumentos".

O encontro de Quércia com Ulysses na segunda-feira pela manhã e o jantar com metade da bancada federal paulista do PMDB à noite deram novo impulso aos propósitos do governador paulista. Além de Ulysses reafirmar sua posição pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, Quércia contou com o apoio da maioria dos deputados de seu partido presentes ao jantar contra as eleições Diretas já. Dos 13 con-

vidados apenas Antônio de Pádua Perosa se levantou para defender as eleições em 1988.

Mas a posição de Quércia soou mais forte durante o jantar no Palácio dos Bandeirantes: não se discute duração de mandato durante a crise. Seja os cinco anos defendidos por Ulysses, os quatro de Mário Covas ou os seis de Quércia, a Constituinte, segundo o governador, deve definir o mandato somente no final do ano, quando concluir os trabalhos. Essa posição de Quércia é totalmente inversa à pregada no início de seu governo há menos de dois meses, quando, a pedido de Sarney, saiu em defesa da fixação o mais rápido possível do mandato presidencial em seis anos.

Entre hoje e amanhã, o governador tentará convencer o seu antecessor no palácio, Franco Montoro, e o senador Fernando Henrique Cardoso a não engrossarem a campanha por eleições diretas em 1988. E na sexta-feira à noite, retine no palácio os outros 15 deputados federais do PMDB em jantar

para também dissuadi-los a abandonar qualquer proposta de redução do mandato de Sarney.

— Ninguém é favorável à campanha agora, porque estamos atropelando a Constituinte. Covas me disse que atualmente na Constituinte só se fala em diretas. Primeiro precisamos votar a Constituição. O que precisamos fazer é prestigiar o governo Sarney e o novo ministro da Fazenda. Paralisarmos emocionalmente o País com uma campanha pelas diretas agora é esconder os problemas reais que vivemos.

Ao fazer essa afirmação, Quércia acredita que conseguirá a adesão da maioria da bancada do PMDB na Constituinte contra a campanha pelas diretas em 1988. Ele já garantiu ontem que a maioria dos deputados peemedebistas é favorável às eleições para a sucessão de Sarney somente em 1990. E nessa sua defesa faz questão de frisar que não se coloca como candidato à Presidência da República.

CLAUDIO PEDROSI/ANGULAR



Quercia (D) com Amaral (E): Não se discute mandato presidencial durante crise